



INDICAÇÃO Nº 668/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

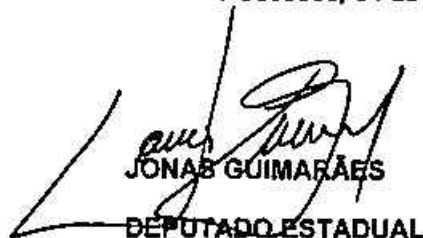
Em, 04 JUL 2012

1º Secretário

SÚMULA: Propõe ao Governador Carlos Alberto Richa e à Secretaria dos Transportes, a conservação e recapeamento da rodovia PR-468 que liga o município Moreira Sales ao município de Campo Mourão.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Excelentíssimo Governador do Estado e à Secretaria dos Transportes, a conservação e recapeamento da rodovia PR-468 que liga o município Moreira Sales ao município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2011.


JONAS GUIMARÃES
DEPUTADO ESTADUAL

1424 04/07/2012 09:42:31 MP ASSINADA EM 04/07/2012 09:42:31



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Antônio Klury



JUSTIFICATIVA:

A rodovia que liga os municípios de Campo Mourão a Moreira Sales, encontra-se em péssimas condições de tráfego, com muitos buracos, e com inúmeros riscos aos motoristas que por lá trafegam.

Portanto, necessário a inclusão desta PR-468 em um programa do Governo do Estado que visa a recuperação da malha asfáltica deste trecho.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete da Deputada ROSE "LITRO"

DL

Fis. 2110

INDICAÇÃO nº

669/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL 2012

1º Secretário

SÚMULA: SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO A LIBERAÇÃO DE UM VEÍCULO PARA A CASA FAMILIAR RURAL DE DOIS VIZINHOS.

A Deputada que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a liberação de um veículo para a Casa Familiar Rural de DOIS VIZINHOS.

Sala de sessões, em 03 de julho de 2012.

ROSE "LITRO"

Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos expediente da Senhora Coordenadora da Casa Familiar Rural do Município de DOIS VIZINHOS, instituição que pertence à ARCAFARSUL – Associação Regional das Casas Familiares do Sul do Brasil, acompanhando de documentação da instituição, onde consta solicitação de liberação de um veículo.

Destacamos o importante trabalho realizado pela Casa Familiar Rural, que desenvolve suas atividades junto às famílias dos alunos, atuando no ramo educacional, prestando assistência técnica, o que possibilita uma garantia de renda nas propriedades, concretizando-se num incentivo à permanência desses agricultores no campo, beneficiando sobremaneira o setor produtivo do estado do Paraná.

Para a realização eficaz das atividades da instituição, faz-se necessário um veículo, que será útil especialmente nas visitas técnicas às propriedades.



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO

nº 670/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL 2012

1º Secretário

SÚMULA: PROPÕE AO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, SENHOR CARLOS ALBERTO RICHÁ, AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, SENHOR LUIZ CARLOS HAULY E AO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, SENHOR JORGE SEBASTIÃO DE BEM, PARA QUE EMPREENHAM MEDIDAS NO SENTIDO DE CORRIGIR EVENTUAL DISTORSÃO NA ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS QUANTO AOS DIREITOS DOS MILITARES DA RESERVA, CONSOANTE LEI 17.169/12, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem PROPOR ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná CARLOS ALBERTO RICHÁ, ao Secretário de Estado da Fazenda Senhor Luiz Carlos Hauly e ao Secretário de Estado Da Administração e Previdência, Senhor Jorge Sebastião de Bem a fim de que empreendam medidas no sentido de corrigir eventual distorsão existente na elaboração dos cálculos quanto aos direitos dos militares da reserva, consoante lei 17.169/12, na forma que especifica.

15:07 04-07-2012 004230 CP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Embasado em reclamações que chegam a este Gabinete Parlamentar formulada por Policiais Militares da reforma, da reserva remunerada e aos geradores de pensão, questionando sobre possível disparidade em relação aos seus direitos quando da aplicação da Lei 17.169/12, concernente aos cálculos elaborados pela PARANAPREVIDÊNCIA, segundo eles, numa afronta ao Princípio Constitucional da Isonomia, é que se faz a presente proposição, da forma a seguir delineada:

1. Trata-se de questão envolvendo cálculo sobre o número de adicionais ou quinquênios aplicados a alguns militares da reforma, reserva remunerada e aos geradores de pensão, consoante disposto no artigo 14 da Lei em comento, respaldado no § 1º, especificamente para o caso em concreto que diz respeito ao servidor que foi para a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



reserva com 5 adicionais em seus assentamentos, amparado pelo referido § 1º da mesma Lei; (servidor Miguel Roberto, 2º PM RR – Rg. nº1.942.912, dentre outros);

2. O número de adicionais deveria ser cinco adicionais ou cinco quinquênios (ref. Tabela de valores subsídios-Anexo I: R\$ 5.165,61 e não R\$ 4.304,68, valor este que seria com base em quantidade de dias conforme a proporcionalidade);
3. Salvo engano, pela Lei em análise, o cálculo para o caso em tela é feito considerando o número de adicionais ou quinquênio e não por dias somados na proporcionalidade da lei antiga; ainda, deveria ser da referência 7, qual seja, dos 30 anos que corresponde a 30 dias; isto, salvo melhor entendimento, lastreado no artigo 2º da mesma Lei, cujo dispositivo veda qualquer redução remuneratória de proventos ou pensão que por ventura possa advir em consequência desta mesma Norma, assegurando ao militar ativo, de reserva, da reforma e gerador de pensão, o direito à percepção de valor da diferença entre a remuneração legalmente percebida na data da publicação da Lei atual e o subsídio correspondente;
4. Aconteceu que: no caso que embasou esta proposição, suprimiram o valor de referência 6 que corresponde a 25 anos, ou seja, 25 dias; de modo que, salvo melhor entendimento, deveria ter sido retirado dos 30 dias ~~e não dos 25 dias~~ para efetuar a multiplicação, isto porque, para o caso em concreto, pelos assentamentos do, em tese, prejudicado, teria direito a 5 adicionais ou quinquênios, os quais representam 25 anos de serviço prestados ao Estado, sendo que para o pessoal da ativa, após 25 anos, ou seja, 5 adicionais ou quinquênios, mudarão a cada 2 anos; situação tal, que para o pessoal da reserva, reforma ou geradores de pensão, não é válido, mas até os 25 anos tem validade para todos, segundo se verifica através da tabela de valores do anexo I;
5. De modo que, diante do apresentado, num primeiro momento, salvo engano, parece transparecer que a PARANAPREVIDÊNCIA está conflitando com o disposto na Tabela contida na Lei 17.169/12 quando da sua aplicação em relação aos cálculos.

Ressalta-se que, tais dúvidas, já foram encaminhadas pela parte interessada à PARANAPREVIDÊNCIA, a qual, em resposta, informou que: "a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

DL

Fls. 0413

aposentadoria foi concedida com proventos proporcionais a 25/30 avos no posto de segundo sargento com 25% de adicionais por tempo de serviço"; "que tais proventos foram enquadrados na referência 6 da nova tabela, nos moldes do artigo 14 da lei 17.169/12"; "que considerando a proporcionalidade do benefício questionado, após cálculo, referido pagamento estaria sendo efetuado de acordo com os ditames da lei vigente. (cálculo: salário de servidor ativo - 2º Sgt - ref. 6: R\$5.165,61; proporcionalidade de aposentadoria: 25/30 avos - valor do subsídio a ser pago: R\$ 4.304,68 // R\$ 5.165,61: 30/25= R\$ 4.304,68)".

Razão pela qual, face ao exposto, pede especial atenção no sentido de apreciação da presente indicação, a fim de esclarecimentos sobre o cálculo divergente, para, caso exista, solucionar o problema de uma classe que tanto contribuiu para a segurança pública de nosso Estado.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual